



CÂMARA MUNICIPAL
Alenquer

Registo de Entrada na Gestão Documental

Registo N.º: _____

Data: _____

Processo N.º: _____

Registado por: _____

URBANISMO**Constituição de prédio no regime de propriedade horizontal**

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Alenquer

REQUERENTE

Nome/designação: _____

NIF/NIPC: _____ C.C./B.I.: _____ Data de Validade: _____

Domicílio/sede: _____

Localidade: _____ Cod. Postal: _____

Freguesia: _____ Concelho: _____

Contacto telefónico: _____

Na qualidade de: _____ Se outro, qual: _____

E-mail: _____

☐

Autorizo o envio de eventuais notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.

REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____

NIF: _____ C.C./B.I.: _____ Data de Validade: _____

Domicílio: _____

Localidade: _____ Cod. Postal: _____

Contacto telefónico: _____

Na qualidade de: _____ Se outro, qual: _____

E-mail: _____

ANTECEDENTES☐

Não existem antecedentes processuais na Câmara Municipal de Alenquer para o local em questão.

Pedido de Inf Prévia n.º: _____ Processo de obras n.º: _____

Licença n.º: _____ Autorização n.º: _____

Comunicação. Prévia n.º: _____ Alvará n.º: _____

CP Loteamento. n.º: _____ Outros: _____

PRETENSÃO

Nos termos do disposto do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação (RJUE) e nos artigos 64.º e 91.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), vem requerer a V. Exa. a **constituição de propriedade horizontal** para o prédio identificado:

LOCAL DA PRETENSÃO

Morada: _____ N.º/Lote: _____ Andar: _____

Sítio ou Lugar: _____ Freguesia: _____

Cod.Postal: _____

- Registo Predial

N.º Registo: _____ Código de Acesso: _____

- Registo Fiscal

Classificação da Matriz: _____

N.º Artigo: _____ Secção: _____ Fração: _____

CONFRONTAÇÕES

Confrontação Norte: _____

Confrontação Sul: _____

Confrontação Nascente: _____

Confrontação Poente: _____

OBSERVAÇÕES**PAGAMENTO**

Pago pela fatura n.º: _____ / _____ no valor de: _____ em: _____

INFORMAÇÃO PESSOA SINGULAR (REGULAMENTO GERAL PROTEÇÃO DE DADOS)

O Município de Alenquer é responsável pela recolha, registo, organização estruturação, conservação, alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, comparação ou interconexão, limitação, apagamento ou destruição de dados pessoais no contexto da sua atividade municipal, a qual se encontra vinculada à Lei.

Neste sentido e de acordo com a alínea c) do art.º 6º do Regulamento Geral de Proteção de dados, o tratamento de dados pessoais é lícito por ser necessário ao cumprimento de uma obrigação legal e destinando-se exclusivamente aos fins do presente requerimento.

Não obstante o supra referido, sempre que a atividade municipal não se encontre abrangida pela licitude referida, será solicitado o consentimento prévio do titular dos dados pessoais.

Pede deferimento,

Alenquer, _____

(Assinatura / Assinatura Digital): _____

(Mais declara que na instrução do presente pedido todos os dados são verdadeiros, nada tendo omitido)
(Se submetido online ou assinado digitalmente, não é necessária assinatura manuscrita)

TABELA SÍNTESE DA PROPRIEDADE HORIZONTAL

Fração	Utilização	ÁREA (m ²)			
		Privativa principal da fração (1)	Privativa separada da área principal da fração (arrumos, anexos, ...) (2)	Comum de uso exclusivo da fração (varandas, terraços ou outros) (3)	Total afeta à fração (1)+(2)+(3)
A					
B					
C					
D					
E					
F					
G					
H					
I					
J					
K					
L					
M					
N					

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados, em conformidade com o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, e Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

Assinale com uma cruz (X) os documentos que junta ao seu processo:

- ☐ 1 - Índice que indique os documentos instrutórios apresentados e estes devem ser paginados e rubricados;
- 2 - Legitimidade:
 - ☐ 2.1 - Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial. Quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial;
 - ☐ 2.2 - Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do elemento acima;
 - ☐ 2.3 - Certidão comercial, quando requerido por empresa ou código para consulta online;
 - ☐ 2.4 - Fotocópia da caderneta predial, em vigor, com exibição do original, onde constem os correspondentes artigos matriciais, emitida pelo serviço de Finanças;
- ☐ 3 - Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município;
- ☐ 4 - Fotografias esclarecedoras do enquadramento do prédio abrangido pelo pedido, apresentando um registo envolvente a partir de diferentes ângulos;
- 5 - Memória descritiva e justificativa contendo:
 - ☐ 5.1 - Descrição e caracterização do prédio objeto do pedido, com respetiva indicação do seu registo predial e matricial, bem como a indicação da área total do prédio, áreas descobertas e áreas cobertas totais;
 - ☐ 5.2 - Indicação expressa do antecedente processual (processo de obras particulares ou documento que legitime a edificação em si);
 - ☐ 5.3 - Indicação expressa de que o pedido satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de propriedade horizontal nos termos dos artigos n.º 1414º e 1415º do Código Civil;
 - ☐ 5.4 - Localização do prédio com a indicação da numeração de polícia, arruamentos de apoio e freguesia, número da descrição na conservatória do registo predial, áreas cobertas, descoberta e total, assim como a área de terreno a ceder a domínio público, caso aplicável;
 - ☐ 5.5 - Designação de cada fração autónoma com letras maiúsculas consecutivas, com indicação do modo de acesso (a partir da via pública/designação de morada ou parte comum), dos compartimentos que a constituem por piso, das áreas cobertas e descobertas e da respetiva permissão ou percentagem do valor total do prédio;
 - ☐ 5.6 - Descrição das áreas comuns, com indicação de áreas descobertas e/ou cobertas;
 - ☐ 5.7 - Identificação das frações com uso exclusivo de áreas comuns, se aplicável;
- 6 - Peças desenhadas esclarecedoras da constituição de propriedade horizontal proposta, nomeadamente:
 - ☐ 6.1 - Planta de implantação com demarcação distinta dos limites das frações autónomas propostas e das partes comuns, bem como de áreas de cedência, se aplicável;
 - ☐ 6.2 - Plantas de piso com demarcação distinta dos limites das frações propostas e das partes comuns;
 - ☐ 6.3 - As peças desenhadas deverão contemplar, ao nível da sua legendagem, uma tabela síntese da Propriedade Horizontal enunciada nas peças escritas;
- ☐ 7 - Justificação da não instrução do pedido com elementos obrigatórios, a discriminar, ao abrigo do n.º 5 do artigo 2.º da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril;
- ☐ 8 - Outros documentos que o requerente pretenda apresentar;
- ☐ 9 - CD-ROM/Suporte digital devidamente acondicionado com peças escritas (em formato PDF) e desenhadas (em formato DWF), de acordo com o regulamento municipal, correspondendo o nome do ficheiro ao seu conteúdo;
- ☐ 10 - Declaração de conformidade da correspondência dos ficheiros com os elementos apresentados em suporte de papel;